



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 24/XV/1.ª SL

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2022, pelas 10 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

Parte I

Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, bem como do atual Secretário do Estado da Defesa Nacional, Marco Capitão Ferreira, no âmbito do alegado esquema de corrupção que envolveu, entre outras, as obras de reabilitação do Hospital Militar de Lisboa, com graves prejuízos para o Estado.

Parte II

**Audição do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Almirante Gouveia e Melo, no âmbito do plano de atividades da Comissão.
(a realizar à porta fechada, nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do RAR)**

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, procedeu-se à discussão do [requerimento](#) do PSD para audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, João Gomes Cravinho, bem como do Secretário do Estado da Defesa Nacional, Marco Capitão Ferreira, no âmbito do alegado esquema de corrupção que envolveu, entre outras, as obras de reabilitação do Hospital Militar de Lisboa, com graves prejuízos para o Estado. O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PS) apresentou o requerimento e explicou o contexto e a motivação do mesmo, acrescentando que o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros já mostrou disponibilidade para prestar esclarecimentos na Comissão, reafirmando a sua total colaboração em tudo o que lhe fosse solicitado, pelo que existiam todas as razões para aprovar o requerimento. No debate que se seguiu, intervieram, além do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PS), os Senhores Deputados Francisco César (PS) e Pedro Pessanha (CH) e a Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL).

O Senhor Deputado Francisco César (PS) esclareceu que PS era coerente em relação ao que dissera anteriormente em casos semelhantes, ou seja, que considerava que o Parlamento e as comissões parlamentares não eram órgãos de investigação, mas que a eles deveriam ser prestados todos os esclarecimentos, no âmbito político, sobre essas



Comissão de Defesa Nacional

matérias. Salientou, igualmente, que lhe parecia que o requerimento, a determinada altura, assemelhava-se a uma instrução de um processo de intenções, algo que o PS não partilhava nem aceitava de bom grado. Acrescentou que era indesmentível que se, naquela data, existia um processo de investigação e várias detenções, tal se devia à pronta ação do Governo no sentido de enviar para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas todas as dúvidas que teve acerca desse processo. Referiu, ainda, que a questão do documento classificado não era bem como o PSD tinha relatado, porque esse documento esteve classificado como confidencial durante dois meses, foi desclassificado e enviado ao Ministério Público para averiguações. Não obstante tudo isso, concluiu dizendo que fazia sentido o Ministro dos Negócios Estrangeiros ser ouvido no Parlamento, tal como o próprio se disponibilizara, mas que o requerimento do PSD padecia de alguma inutilidade quanto ao seu objeto, uma vez que, entretanto, fora agendada para o Plenário, a requerimento potestativo do CH, a audição do Ministro no próximo dia 20 de dezembro, e como não fazia sentido ouvi-lo duas vezes sobre o mesmo assunto, informou que o Grupo Parlamentar do PS iria votar contra.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) declarou nada ter a opor à audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas concordou que não fazia sentido ouvi-lo também em Comissão quando estava agendada a sua audição em Plenário sobre o mesmo assunto. Em todo o caso, concluiu dizendo que não se iria opor ao requerimento.

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) declarou igualmente nada ter a opor ao requerimento do PSD.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) reiterou que o que estava em causa era o apuramento de responsabilidades políticas de dois membros do atual Governo e argumentou que não haveria uma duplicação, uma vez que o escrutínio feito em Plenário e em Comissão não era feito nos mesmos termos.

No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH, da IL e do PCP, registando-se a ausência do BE.

Após uma curta interrupção, teve início a audição do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Senhor Almirante Gouveia e Melo, que se fez



Comissão de Defesa Nacional

acompanhar dos Senhores Contra-Almirante Proença Mendes (Chefe de Gabinete do CEMA) e Capitão de Fragata Santos Fernandes (Chefe da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada), a quem o Senhor Presidente deu as boas-vindas e explicitou a metodologia que iria ser seguida na audição.

A audição decorreu à porta fechada, nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento da Assembleia da República, sendo o seu conteúdo reservado por força do mesmo.

Após a intervenção inicial do Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, na primeira ronda de intervenções usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Diogo Leão (PS), Jorge Paulo Oliveira (PSD), Pedro Pessanha (CH), Patrícia Gilvaz (IL) e João Dias (PCP), além do Senhor Presidente, tendo o Senhor Almirante respondido individualmente às questões colocadas.

No final, o Senhor Presidente agradeceu a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, Senhor Almirante Gouveia e Melo, e respetiva comitiva e deu por encerrada a audição.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de dezembro de 2022.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Joaquim Pinto Moreira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
João Dias (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Ricardo Lino (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hugo Oliveira (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Adão Silva (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Joana Mortágua (BE)